

## Comentário III

**Janice Theodoro**

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo

O artigo *Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*, de Ulpiano T. Bezerra de Meneses coloca uma infinidade de questões muito estimulantes de se debater. Seriam necessárias inúmeras páginas e, especialmente, muito tempo, para que eu pudesse me manifestar com correção, profundidade e erudição sobre todas elas.

De qualquer forma, o espírito do debate poderá ser delineado se tomarmos algumas das temáticas que me parecem centrais nesse texto. A primeira gama delas, conforme sugere o Prof. Ulpiano, diz respeito aos antecedentes do museu histórico, cujas raízes remontam aos séculos XVIII e XIX; a segunda refere-se à problemática do conhecimento ligada propriamente à exposição museológica.

Seguindo o encaminhamento dado por Ulpiano, relembro as críticas elaboradas nos idos anos sessenta sobre o Museu do Louvre. Considero uma das fortes metáforas então produzidas a qualificação desse museu como um protótipo de almoxarifado burguês, o qual deveria ser incendiado. Felizmente, mesmo na ocasião, foi elaborada uma série de críticas menos incendiárias. Mas todas elas, de uma forma ou de outra, estavam ligadas à natureza do acervo e ao significado da existência, ou não, de acervos.

Não repetirei as trajetórias desempenhadas por diferentes museus em diferentes países desde o século XVIII, já que a questão foi primorosamente tratada por Ulpiano. Direi apenas (e de forma categórica) que o museu deve ter acervo e que esse acervo pode ser constituído em função de diferentes critérios,

dependendo do lugar onde está inserido, da conjuntura histórica, do tempo e dos compromissos aos quais está vinculado.

Considero que, atualmente, a importância dos acervos é enorme. O papel do Louvre se confunde com o de uma grande enciclopédia montada em uma época determinada para responder às demandas de uma sociedade específica (burguesa, aristocrática, colonialista etc. etc.). É um museu com uma nítida expressão política (elitista) que não é muito difícil perceber. Apesar de fazer todas estas considerações, gosto de ver o palácio com suas dimensões monumentais, estático, e seu enorme acervo de importância extraordinária. Os bancos de dados em que se constituem os museus, mesmo aqueles com um ranço identificado como burguês, surgem na atualidade com um papel muito importante, que merece ser revisto.

Por que me parece correto que o Louvre permaneça com seu antigo caráter? Porque as sociedades estão em movimento, se transformando, e ele assim, mantendo o seu antigo papel, se faz memória. Quanto à constituição do pensamento crítico, ela está ancorada em percepções criadas pelas diferenças.

O Louvre deve ser incendiado ou não? Por que a geração de 1968, da qual faço parte, queria incendiá-lo, e por que não o fez? A percepção dos anos 60, para além da leitura revolucionária da sociedade e das lutas de classe, era uma percepção marcada por visões cinematográficas do mundo. Essa geração não viveu a Segunda Guerra, mas ouviu falar dela de perto, viu no cinema fragmentos do que foi e sentiu que deveria reagir. A imagem de um Louvre incendiado é muito forte e esta força cenográfica foi argumento de aglutinação de muitos jovens que queriam transformar a sociedade. Mas também era forte a imagem gerada pela guerra do Vietnã. E, em meio a esta ambigüidade, surgiu um sentimento pacifista, voltado para os problemas gerados pela destruição do meio ambiente. Estes eram os nossos paradoxos. Queríamos revolução e paz, tudo ao mesmo tempo. Gostávamos de Godard, da sua capacidade em mostrar fragmentos, cenas. Sabíamos que no cinema a cena do impacto poderia ser criada pelo fogo, mas depois dela viria o corte, e outra cena se iniciaria. Nós, sem perceber, já estávamos na ante-sala do mundo virtual. Foram imagens que pela primeira vez mudaram o rumo da história. A guerra do Vietnã, levada para a casa de milhares de norte-americanos, pressionou as famílias dos combatentes contra a política levada à frente pelos Estados Unidos.

Que relação questões como estas podem ter com um museu? "Matar o pai", destruir museus, ou, se se preferir, desintegrar uma visão iluminista da história faz sentido, sim, mas de forma emblemática. O homem contemporâneo pode expressar sua crítica com um instrumental até então desconhecido: as novas tecnologias. Creio que esse homem é obrigado a viver no meio de muita informação: informação cultural, informação material, informação intelectual - e deve saber, como instrumento de vida, decodificar o caos. Nesse sentido, os acervos poderão ter muita utilidade.

Portanto, a questão, neste fim de século, é basicamente de linguagem ou, melhor dizendo, de linguagens. A tecnologia, hoje, nos permite fazer o instrumento musical de Leonardo da Vinci tocar, seu engenho voar, a

Mona Lisa olhar para cima ou para baixo, desafiando com a tecnologia o universo estático ao qual um museu como o Louvre pode vincular seus objetos. Hoje, não fazem sentido muitas cobranças, muitas destruições, nem crítica com conteúdo atômico. Não fazem sentido porque posso reconstruir o universo que me é dado de forma virtual. Ou seja, posso incendiar o Louvre e até mesmo analisar o espaço urbano que surgiria sem aquele imenso edifício. Mas, independentemente do programa que eu utilizasse em meu computador, o Louvre estaria lá, intacto.

Criar um museu sem acervo pode ser uma alternativa marcadamente contemporânea. Não estou excluindo esta hipótese. Também pode ser tema a ausência de museus numa determinada sociedade. Contudo, creio que a melhor opção seria criar um museu sem acervo ao lado do Louvre. Os dois iriam se resignificar! Um espaço jamais deveria excluir o outro. Assim, eu diria: museus, proliferem, multipliquem-se em museus históricos envelhecidos, com suas percepções nacionalistas; em museus por especialidades; em museus aristocráticos, em museus populares; em museus etnográficos ou em qualquer outra modalidade de museu que o homem possa conceber ou venha a conceber.

Um museu, ao definir sua vocação, constitui uma linguagem que pode e deve ser criticada. Assim também os objetos históricos e os documentos históricos organizados em exposições também podem constituir-se em discursos críticos, ou não. Frente a estas variáveis, acredito mesmo que o importante é conhecer *museus*, no plural. Visões iluministas, racionalistas, positivistas, anarquistas, são visões que me iluminam e creio que, igualmente, iluminarão a multidão.

Portanto, hoje considero básico, fundamental, a valorização dos acervos que serão dispostos e organizados em exposições das mais diferentes formas. Sequer estou em busca de um princípio organizador que deva gerenciar a organização dos museus na Europa, na América, na Índia ou na China. A riqueza, para mim, está concentrada na diferença e nos acervos. O mais importante, quando estou diante de diferentes projetos, é poder ter acesso à informação, intervir nos acervos, reorganizá-los, queimá-los, enaltecê-los, pintá-los, completá-los, bastando para mim, por exemplo, comprar um programa de multimídia. Ou seja, hoje é possível ter centenas de museus em casa. E isto é novo.

Outro dia, vendo um CD-ROM sobre o Louvre, pensei: e se eu desse uma outra arrumadinha, será que não ficaria melhor? Vendo um álbum de Rugendas, tive também ímpetos de alterar a vegetação, de descentrar a igreja paroquial de Amozoc e pintar o desenho de Pio de Orizaba e dos *cerrros* de Tlaxcala. Folheando Debret, fiquei pensando como seria divertido pôr um engenho de açúcar para funcionar. E, finalmente, como sou fruto dos anos sessenta (tendo-me já tornado há muito bombeira), queimaria o Louvre, mas para vê-lo ressurgir, igual, das trevas; desintegraria a Mona Lisa em nome de todos os estudantes que ganharam a vida como vigias, dizendo mil vezes aos turistas japoneses: "no photography"; e queria ver como as cores de Monet reagiriam a um efeito tufão aplicado por um programa de multimídia.

Sistemas classificatórios existiram e existem e, independentemente de seus sentidos poderem ser ficcionais, ou não, cumpriram um papel. Não vejo, por exemplo, nenhuma relação entre Quetzacoát e Hércules. Sahagun, cronista do século XVI, viu e aproximou duas deidades. A aproximação, neste caso, foi

criativa e este é o seu valor. Quando culturas diferenciadas supõem semelhanças, estas podem, de fato, aproximar, fundar uma relação de absorção interétnica. Por mais estranho que possa parecer, eu gostaria muito de ir a um lugar onde pudesse encontrar um rico gabinete de curiosidades. Os objetos acumulados podem não ter relação nem significado nos dias de hoje, mas tiveram significado para seu colecionador e este significado não deve ser destruído, mas reconstruído sucessivamente. Sem dúvida alguma, não considero que um cocar de uma tribo brasileira seja curioso, exótico, ou que um tucano deva estar empalhado, ou mesmo que chifres de veado sejam um belo ornamento para salas de leitura; contudo, foram estes significados que tais objetos tiveram no século XIX. Certos ou errados, não devem ser apagados da memória, porque nos permitem imaginar melhor nossa ancestralidade.

Os museus, os acervos e as exposições são objetos históricos, que podem ser datados e lidos. Portanto, as informações acumuladas em um edifício denominado "museu" devem conversar entre si. Os acervos falam, negociam e brigam. Uma exposição, organizada em função da história universal, não conterà, de fato, a história universal. Portanto, embora eu concorde em gênero, número e grau, com o Prof. Ulpiano, para quem a exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a "comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar inferências sobre o passado - ou melhor, sobre a dinâmica - da sociedade", poucos são os museus que respondem a esse desafio contemporâneo. Neste sentido, diria também que existem museus inteligentes e museus medíocres, boas e más exposições. Todas estas alternativas existem em todas as sociedades.

Países ricos e países pobres construíram bons e maus museus. Uma sociedade que sabe conviver com a diferença e com a crítica faz com que um estudante, ao receber uma alfabetização museológica, possa avaliar e compor no seu imaginário uma exposição melhor, um museu melhor do que aquele a que a escola o levou. Portanto, hoje, sabendo da destruição dos acervos domésticos realizada especialmente em países pobres e tendo visto muitos acervos perderem-se em mercados, aconselharia, se me fosse possível, aos órgãos internacionais desenvolver uma política mais ou menos assim: guardar seu passado numa arca, não trocar todo o velho pelo novo, pois amanhã estes objetos poderão falar! E, aos países ricos, diria: façam seu museu, fotografem, cataloguem e anexem seu objeto ao acervo universal do mundo virtual. Neste sentido, estou construindo a apologia dos acervos reais, ficcionais e virtuais.

Enfim, a questão que a leitura do brilhante texto do Prof. Ulpiano despertou em mim foi a de que a quarta revolução tecnológica coloca na mão do cidadão a fantástica possibilidade da síntese cognitiva, o maior desafio contemporâneo. Ou seja, passeando virtualmente pelos museus, posso fruir o espaço original, criticar objetos organizados de forma arcaica, posso implodir o acervo e reorganizá-lo segundo critérios individuais, posso dar margem a um sonho lúdico, repintando o já desenhado pelos gênios da pintura universal, posso construir um sonho penetrando na aura da obra de arte, posso rir ao interagir com tudo que não pode ser tocado pela multidão anônima, posso criar... sendo eu a malfadada multidão anônima.

Neste sentido, vivam os acervos reais e virtuais, e viva o *Theatrum mundi*.